

ATA
(03/12/15)

Ao terceiro dia do mês de Dezembro do ano de dois mil e quinze, às dezoito horas, na Câmara de Vereadores, sito a Avenida das Flores, 675, no bairro dos Estados, realizou-se a reunião ordinária na presença dos seguintes conselheiros: Fábio Francisco Flor, Arlindo Cruz, Ademar Schneider, José Ademir Silveira, Edilson de O. Ferreira, Valdir de Andrade, Enio Faqueti, Claudinéia da C. Wolff, Paulo R. E. de F. Filho, Sheila S. Skonetzky, Moacir S. Júnior, Marlon Olsen, Nelson de Oliveira e Gilmar P. Capelari. Justificaram as ausências os Conselheiros: Ademar Schneider e Marlon Olsen. O presidente Sr. Fábio deu início a reunião colocando em apreciação e votação a ATA do dia 01/10/15, não havendo manifestações contrárias fica aprovada por unanimidade. Dando seguimento a pauta passando a palavra para o conselheiro Valdir que apresenta um e-mail recebido do Banco Itaú em nome de Luis Eduardo de L. A. Mercês, solicitando a suspensão da análise do processo BANCO ITAÚ da 4ª Avenida na reunião do dia 03/12 e agendar uma visita in loco e apresentar as iniciativas que o Banco vem trabalhando na região, conhecer as ações e iniciativas do CONSEG E CONSIP, para identificação de oportunidades de atuação. Ficando assim para próxima reunião. Foi feita leitura do ofício n. 043/2015, protocolo n. 201502016, solicitando estrutura ao Conselho da Cidade, o que o Sr. Presidente alegou ser irrelevante a leitura deste documento para o deslinde do voto sobre EIV do banco Itaú. O presidente faz uma sugestão para que se proíba este conselho pedir medidas compensatórias além das já previstas na Lei que está para ser aprovada em breve. Passando a palavra para os conselheiros, a maioria não concorda com a proibição, pois é uma afronta aos trabalhos dos conselheiros, e que as medidas sugeridas devem ser discutidas em plenário para uma melhor resolução. Esta lei é um avanço para os conselheiros que analisam o E.I.V. pois, assim se terá regras claras, parâmetros exatos para seguir, e fazer uma conclusão justa de cada empreendimento. Sendo que as medidas mitigatórias que os conselheiros solicitam sempre são no sentido de abrandar os efeitos causados pela obra e a compensatória é o que não tem como mitigar e este então deverá pagar, mas como terá a Lei com regras claras não pode pedir nada além da fórmula estipulada na lei, se assim o fizerem se tornará duplicidade de cobrança. Tem que haver bom senso, clareza e ser discutido em plenário as exigências de cada relator. Após as falas o Presidente diz que se expressou mal e não quer impedir que o Conselho peça medidas mitigatórias, mas sim as compensatórias, que estas serão estabelecidas na Lei a ser aprovada ainda este ano. Sugere a criação de uma comissão para rever o Regimento Interno e a tramitação dos projetos. Acordado que esta comissão será formada na reunião do dia 04/01/2016. Encerrado assunto. Passa a palavra para conselheira Sheila que

" BALNEÁRIO CAMBORIÚ - CAPITAL CATARINENSE DO TURISMO "

está com a relatoria pedido vista que não apresentou na reunião do dia 05/11/15 que não houve quorum. E para não deixar o empreendedor mais um mês sem resposta passou informalmente as pendências elencadas em seu parecer. O empreendedor entregou no dia 27/11/15 as correções, mas que não teve tempo hábil para nova relatoria, e faz leitura do parecer em que este fica INDEFERIDO até a apresentação dos documentos solicitados. Com o novo E.I.V. e suas alterações, este retorna para conselheiro Arlindo para nova relatoria. O conselheiro diz que passa para a conselheira que faça a relatoria pois tem mais conhecimentos técnicos para tal, e solicita que seja entregue na próxima reunião. O presidente faz leitura do pedido de retificação da ATA 03/09/15 pela empresa NG EMPREENDIMENTOS, após discussão entre conselheiros e representante da empresa, Sra. Dayane, fica acordado que na reunião do dia 04/01/16 será apresentado em vídeo as decisões tomadas na época, para um melhor entendimento/esclarecimento. Ficando assim aprovado apenas a mudança do nome do reapresentante. Em tempo para correção de erro na ata deliberada no mês de setembro, referente a reunião ocorrida no dia três de setembro do corrente ano, onde lê-se "Sr. Andres J. Bando", leia-se "Sr. Ivan Roy G. Nelson Rico", sendo que não altera quaisquer decisões ou entendimentos proferidos em seu tempo. Tema Livre: O presidente fala da solicitação da Sheila referente a esclarecimentos relativos as investigações sobre denúncia e/ou comentários de propina na reunião do dia 03/09/15. O presidente disse ser leviana a colocações do Conselheiro Valdir de Andrade, sobre a inércia da presidência do conselho em comunicar o MP sobre as propinas noticiadas na reunião dia 08/09/15, pois teria comunicado o MP. O presidente diz ter falhado em não mandar aos conselheiros cópia do Of. 548/2015/GSPU-SPU, enviado ao Ministério Público dia 08/09/15, fazendo a leitura na íntegra, e abrindo a palavra para manifestações. Os conselheiros falam da importância de se ter regras claras, acabar com subjetividades, as medidas que conselheiro Valdir pede são sempre polêmicas, mas ajuda a pensar em melhorar cada vez mais o município. O presidente Sr. Fábio Francisco Flor encerra a reunião. Nada mais sendo dito, eu, Jeovana Simone Hoeffelmann, lavrei a presente ata, para que seja assinada pelos presentes e surtam os efeitos legais.